CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO VEREADOR CHRISTIANO HUGUENIN

Ao
Exmo. Sr. Vereador
Max Bill
Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 001/2023

Senhor Presidente, requeiro na forma regimental, depois de observadas as formalidades legais, seja submetido ao Douto Plenário desta Egrégia Casa Legislativa, a seguinte proposição:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO:

Com a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão,

Considerando o disposto nos incisos IX e XVI do artigo 144 da Lei Orgânica Municipal;

considerando o disposto no inciso III do artigo 146 do Diploma acima referido;

considerando o disposto no caput do artigo 149 do mesmo Diploma Legal;

considerando o disposto no §2° do artigo 2° do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Friburgo;

considerando o disposto no inciso IV do artigo 38 do Diploma Legal acima referido e

com objetivo de somar forças junto ao Poder Executivo para consecução do Princípio da Eficiência no alcance do atendimento às limitações constitucionais e no atendimento às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal,

requer-se que seja encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Planejamento desta Câmara Municipal as seguintes informações:

1. Considerando os termos dos artigos 18 e 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, qual o percentual de despesa total com pessoal desde janeiro de 2023? Se possível discriminar mês a mês.

2. Considerando o disposto no inciso III do artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o município encontra-se no limite de alerta? Se sim, foram tomadas algumas medidas de emergência? Queira informar quais medidas foram adotadas e quais foram os efeitos práticos.

3. Considerando o disposto no Parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal em algum momento deste exercício atingiu o limite prudencial de 95% nele previsto?

4. Caso o limite prudencial a que se refere o dispositivo acima mencionado tenha sido atingido, quais medidas foram tomadas pela Administração, notadamente considerando aquelas previstas no artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal?

5. Considerando o disposto no artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi necessária a adoção de alguma das medidas previstas nos §§ 3° e 4° do artigo 169 da Constituição Federal até o presente momento?

6. Caso nenhum dos limites mencionados tenham sido atingidos, considerando a expectativa de receita para os próximos meses, algumas medidas foram adotadas ou se pretende adotar para que não se atinja os aludidos limites?

Sem mais para o momento, despeço-me renovando votos de estima e consideração.

Sala Dr. Jean Bazet, em 06 de julho de 2023

Christiano Huguenin
Vereador – PP